

# NA TRILHA DOS GRANDES PROJETOS

Modernização e Conflito na Amazônia

**Edna M. R. de Castro**  
**Jean Hébette**

(Organizadores)



**Cadernos NAEA 10**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Título e texto amparados pela Lei 5 988, de 14 de dezembro de 1973

1ª Edição - 1 000 exemplares - 1989 - UFPA

**Composição:** Maria Lúcia da Costa Moreira

**Revisão:** Leila Sodré

**Capa:** Branco

**Paginação:** Silvio Pantoja

ISBN 85-71 43-001-2

**Ficha Catalográfica:** B. Setorial NAEA

338:9811

Na Trilha dos Grandes Projetos - Modernização e Conflito na  
Amazônia. / Org. por Edna Maria Ramos de Castro, Jean Hé-  
T829 bette - Belém, NAEA/UFPA, 1989.

252 p. (CADERNOS NAEA 10)

1. Estrutura Fundiária - Amazônia.
  2. Grandes Projetos - Amazônia.
  3. Trabalho - Amazônia.
  4. Agricultura - Amazônia.
- I. Castro, Edna M. Ramos. II. Hébette, Jean. III. Série.  
IV. Título.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
Edna M. Ramos de Castro e Jean Hébette	1-5
O GRANDE CARAJÁS: UM NOVO MOMENTO DA HISTÓRIA MODERNA DA AMAZÔNIA PARAENSE	
Jean Hébette	7-40
RESISTÊNCIA DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE TUCURUÍ E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE	
Edna Maria Ramos de Castro	41-70
NA TRILHA DA NORTE-SUL	
Lúcio Flávio Pinto	71-97
CONSEQÜÊNCIAS REGIONAIS DA CRISE DO ENDIVIDAMENTO GLOBAL NO EXEMPLO DO PARÁ	
Elmar Altvater	99-126
A OLIGARQUIA DA CASTANHA: CRISE E REARTICULAÇÃO	
Marília Ferreira Emmi	127-161
TERRAS DE PRETO, TERRAS DE SANTO, TERRAS DE ÍNDIO - USO COMUM E CONFLITO	
Alfredo Wagner Berno de Almeida	163-196
AGRICULTURA NA AMAZÔNIA. TIPOS DE AGRICULTURA: PADRÃO E TENDÊNCIAS	
Philip M. Fearnside	197-252

Cad. NAEA	Belém	N. 10	p. 1-252	jan. / dez. 1989
-----------	-------	-------	----------	------------------

## RESISTÊNCIA DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE TUCURUÍ E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE\*

Edna Maria Ramos de Castro \*\*

A moderna tecnologia que alcança a Amazônia e cujos projetos hidrelétricos constituem uma de suas vias, imprime novo disciplinamento na organização do espaço de trabalho e, conseqüentemente, tende a modificar as condições anteriores de produção. Contribui à instauração de uma nova dinâmica interna que se expressa, de forma conflitiva, de um lado pela racionalidade do grande empreendimento — que tem como substrato a produtividade e o lucro, valorizando os recursos naturais através do capital — e de outro pela racionalidade fundada no valor da terra pelo trabalho que a ela incorporam os lavradores na agricultura de subsistência. Esse encontro entre organizações da produção diferentes precisa ser compreendido enquanto síntese principal, pois *“é o impacto global e permanente que se dá pelo encontro e pelo confronto de formas de organização da vida social — encontro esse fundamentalmente conflitivo e até antagônico. A união dos camponeses numa comunidade rural... é uma união em torno de uma forma de organização da produção, em torno de um modo comum de se relacionar com os recursos naturais e de explorá-los através de seu trabalho”* (HEBETTE, 1985).

---

\* Este artigo foi escrito originalmente com o título “Grandes Projetos: impactos sobre o trabalho na Amazônia” e apresentado no Seminário “Amazônia: perspectivas para o Desenvolvimento Regional”, promovido pela FEA/USP, em novembro de 1985. Foi revisto e atualizado para efeitos desta publicação. Agradeço particularmente as discussões feitas com Raimundo Gomes da Cruz, em parte das viagens de campo realizadas conjuntamente, bem como comentários de Rosa Elizabeth Acevedo Marin por ocasião da leitura atenta deste texto.

\*\* Professora e Pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e do Departamento de Ciências Sócio-Políticas do CFCH-UFPa.

O impacto de um grande projeto sobre o território aponta tendências à decomposição de formas tradicionais de uso e apropriação da terra e de seus recursos naturais e, conseqüentemente, de um reordenamento no espaço de influência do empreendimento. O desenvolvimento da produção capitalista se dá, necessariamente, ao preço da desestruturação do campesinato. Essa tendência geral, porém, não exclui os processos de resistência e de recomposição de formas de trabalho e modos de vida. A análise da relação estabelecida entre ELETRONORTE — através da construção da Hidrelétrica de Tucuruí — e a população residente nas terras que seriam inundadas pelo reservatório hidráulico, foi pontuada por resistências, confrontos e negociações, ao longo de uma década. Traduz-se num campo de tensão em torno da concepção sobre o uso da terra bem como sobre a legitimidade de direitos e da cidadania. É necessário trazer à luz os substratos políticos dessa relação para compreender os movimentos sociais e a natureza dos processos de luta que se instauram na região com a construção da hidrelétrica, pois esses processos de resistência além de reorientarem a dinâmica das relações do trabalho, também interferem na reconstrução de identidades e de novos espaços de poder.

Se a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí detonou um movimento de destruição do trabalho acumulado nas trajetórias de pequenos produtores, enquanto condição de afirmação de sua racionalidade econômica e de seu poder sobre o território, a reação organizada pelo Movimento dos Expropriados buscou recompor condições de produção e modos de vida anteriores, recusando-se à aceitação passiva da política relocativa e indenizatória traçada pela ELETRONORTE. Ao longo do movimento, a população atingida, à montante e à jusante da barragem, unifica suas formas de luta pela conquista de direitos negados e de sua integridade e identidade enquanto grupo.

Esta comunicação resulta de observações e entrevistas reali-

zadas durante viagens à região, do acompanhamento documental do movimento e de noticiário jornalístico (1979-1988) e é motivada pelo forte interesse em entender os processos que tem alterado as relações de trabalho e as formas de constituição do poder popular, nessa Amazônia recente. A emergência e desenvolvimento de movimentos sociais, como é o caso da luta dos atingidos pela barragem de Tucuruí, esclarece dimensões importantes na constituição de um novo campo político na região. Este trabalho objetiva comunicar situações marcantes vividas pela população amazônica com a implantação de grandes projetos, alterando o rumo de suas vidas, inclusive via participação efetiva na cena histórica, enquanto sujeitos políticos.

## 1 A HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ E O ESPAÇO DA CONQUISTA

A ELETROBRÁS, empresa responsável pela política nacional do setor elétrico, já havia acumulado em incios dos anos 70, alguns estudos sobre a potencialidade energética dos recursos hídricos na Amazônia. Em junho de 1973 foi criada a ELETRONORTE, sua subsidiária regional, sendo-lhe atribuída responsabilidade pela aplicação de sua política na maior área do país (59% do território nacional) comparativamente às demais concessionárias regionais que são: CHESF, ELETROSUL e FURNAS. Essa divisão de competência regional atende às necessidades de maior racionalização de suas políticas, ao aumento da produtividade e à dinamização de novas obras, a nível nacional. A área de atuação da ELETRONORTE abrange os Estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Amapá e Roraima. Sua criação veio ao encontro de decisões em curso tomadas pelo Governo Federal, sobre programas de exploração mineral elaborados com base em resultados de prospecção de jazidas, sobretudo de ferro, bauxita e manganês.

A ELETRONORTE assumiu como primeira tarefa, a de acelerar estudos de viabilidade energética do Rio Tocantins, tendo em vista o estado das negociações com empresários japoneses do setor alumínio interessados em investir na região, atraídos pelas potencialidades das jazidas de ferro e bauxita e também pelas reservas de energia hidráulica, cuja exploração havia sido considerada pela política econômica do governo militar do Presidente Garastassu Médici — e veiculada nacionalmente com forte apelo ideológico —, como largo passo a ser dado pela região em direção ao progresso, ao desenvolvimento. É no bojo dessas negociações sobre grandes empreendimentos minerais — setor considerado de ponta na Amazônia e associado à idéia de “Brasil, grande potência! — que é decidida a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em trecho baixo do Rio Tocantins, a 300 km de Belém em linha reta e distante 11 km à montante, da cidade de Tucuruí. As obras foram iniciadas em fins de 1975. Não se pode negar que o processo de decisão foi rápido para um empreendimento de tão grande porte e inscrustado numa região para a qual não haviam sido feitos investimentos suficientes em pesquisa que assegurassem não causar danos sobre o ecossistema. Outra grande ausente no rol de estudos efetuados foi a questão social. Justamente duas áreas — meio ambiente e o social — que hoje se ressentem dos efeitos perversos do projeto. Ainda que os canais de manifestação dos interesses regionais tenham sido ignorados, certamente contaram na tomada de decisões as pressões de empresas poderosas nas áreas de consultoria, de construção civil e da produção de equipamentos, como é corrente no país quando se trata de grandes obras, incluindo evidentemente o setor elétrico (SIGAUD, 1988). No caso de Tucuruí, a rapidez na tomada de decisões também ficou por conta de pressões vindas da necessidade de ajustar o cronograma de construção da hidrelétrica ao da fábrica de alumínio ALBRÁS, situada em Barcarena, município vizinho a Belém. PINTO comenta que essa articulação “transformou a Hidrelétrica de Tucuruí numa obra germinada de uma fábrica de alumínio, o que se tornaria um traço marcante na história do

*empreendimentos*” (1988). A política econômica do país estabelecia uma divisão de encargos no processo de intervenção na Amazônia, onde pontuava-se para o Estado gastos maciços via financiamentos externos, objetivando atender com prioridade às necessidades dos grandes projetos de exploração e transformação mineral.

Não é por acaso que os grandes beneficiários são: Projeto Ferro Carajás (CVRD), ALBRÁS e ALUMAR, usinas de alumínio (Barcarena e São Luís, respectivamente), usina Camargo Correa Metais, produtora de silício metálico (Tucuruí) e ainda as usinas guseiras, alocadas em cidades ao longo da Ferrovia Carajás-Itaqui, como Marabá (PA) e Açailândia (MA), projetos identicamente integrantes do Programa Grande Carajás. No entanto, a ALBRÁS e a ALUMAR são suas principais clientes.

## 2 POLÍTICA DE RELOCAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA

Ao iniciar a construção da usina hidrelétrica, a ELETRONORTE não dispunha de um plano de reassentamento populacional. Ela não havia procedido a estudos sócio-econômicos que lhes fornecessem os dados mais elementares sobre a quantidade de famílias residentes na área do futuro reservatório hidráulico, e sob que condições e formas de trabalho garantiam sua sobrevivência. Foi considerado irrelevante pela empresa o conhecimento sobre seus sistemas sócio-culturais, padrões de ocupação e de uso da terra e regras de propriedade, merecendo descaso nos cronogramas da obra (GOODLAND, 1977). Somente três anos depois que a ELETRONORTE procedeu ao levantamento sobre os bens das famílias cujas terras seriam inundadas pelo reservatório. A empresa iniciava, assim, o processo expropriatório justificado no Decreto Federal 78.659, datado de 01/11/1979, que declarava de utilidade pública parte das terras situadas nos Municípios de Tucuruí, Jacundá e Itupiranga.



Com base em cálculos reservados sobre a cota da área a ser inundada (máxima de 86), foi delimitado *“um polígono quase três vezes tão extenso quanto o futuro reservatório e dentro do qual todas as terras, em princípio, tornavam-se passíveis de expropriação e desocupação”* (MOUGEOT: 1988). Já adiantado o processo desapropriatório, a empresa iria reconhecer o “equivoco”, divulgando que a cota máxima seria, na verdade, de 76. No entanto, com bastante anterioridade haviam se ouvido críticas veementes veiculadas pela imprensa e por outros canais na sociedade paraense, exigindo maiores decisões a respeito dos efeitos sobre o território, com o barramento do rio.

O reservatório da UHE Tucuruí estende-se ao longo de 170 km, com largura máxima de 40 km e média de 14,3 km, contendo um volume d'água equivalente a 45,8 bilhões de m<sup>3</sup>, em sua cota máxima de 76. Atingiu as seguintes vilas e povoados de cultura ribeirinha: Breu Branco, Repartimento, Remansão do Centro, Remansão da Beira, Areião, Jatobal, Chiqueirão, Coari, Canoal, Vila Bela, Vila Braba, Ipixuna, Santa Tereza do Tauiri. Existiam ainda dois grupos indígenas na área inundada pelo reservatório — Gavião e Parakanã —, e duas reservas indígenas do Grupo Parakanã — Parakanã e Pucuruí. Ficaram ainda submersos 150 km de rodovias federais e a biomassa da floresta não derrubada, na quase totalidade do reservatório hidráulico.

O levantamento dos atingidos arrastou-se por dois anos, mesmo assim foi incompleto e com falhas como a subenumeração da população cadastrada (MOUGEOT: 1988). Os dados não mascaram a situação conflituosa crescente sobre a discordância a respeito da quantidade de famílias atingidas. A BASEVI, empresa de consultoria contratada pela ELETRONORTE para proceder ao referido levantamento, calculou entre 4 a 17.000 pessoas atingidas. (Ver

“O Liberal”, 1979). MOUGEOT estima para 1980 entre 25 a 35.000 indivíduos a serem desapropriados (1988: 236). A Comissão Representante dos Expropriados, nos três municípios, reivindicava atendimentos a cerca de 4.500 famílias (Revista ARCA), a fonte mais fiel, sobre as pessoas afetadas.

No desacordo entre os dados aflora o quadro de uma política tendenciosa. Desconhecendo as bases sobre as quais se funda a concepção de posse e propriedade da terra nas comunidades tocantinas, — na maior parte não tituladas mas reconhecidas socialmente, através da teia de relações sociais que contrariamente ao que pensa um visitante desavisado, estrutura códigos de respeito, convivência, direitos e sociabilidade —, a ELETRONORTE permitiu-se agir à revelia e ao seu proveito. Descartou, conseqüentemente, que a concepção de terra para uso e não para renda e especulação, deveria necessariamente corresponder práticas particulares de uso da terra. Ao desconhecer princípios elementares, ignorou também a necessidade de uma política de relocação construída sob critérios que resguardassem a relação desses trabalhadores com a terra e com seu modo de vida.

Em 1979, a ELETRONORTE definiu um plano de relocação das famílias atingidas. Previu seu deslocamento para 140 casas construídas na Vila Arraias e o assentamento em lotes rurais delimitados ao longo da estrada PA-263 e suas 14 vicinais — estas com extensão de 5 km para cada lado — mais precisamente, no trecho entre PA-150 e Rodovia Moju. A PA-263 havia sido aberta por iniciativa da ELETRONORTE, servindo de acesso ao canteiro de obra e ampliando novas áreas para relocação populacional.

Fazendo demonstração de pouca sensibilidade, utilizando-se de práticas autoritárias e inclusive ignorando o substrato das relações sócio-culturais nessa região ribeirinha, a empresa informou sumariamente aos moradores que suas terras haviam passado para

o domínio do empreendimento, que seus bens seriam posteriormente cadastrados para fins de indenização (casas, fornos de farinha, terra, animais etc...). Famílias com mais de um ano no local, seriam transferidas para áreas a serem definidas pela política de relocação.

Depoimentos recolhidos entre pequenos produtores rurais revelam que nesse mesmo ano (1979), a empresa não dera respostas às suas inquietações: que população será desapropriada? Qual a população a ser relocada para outras áreas? Quem será indenizado? Quais os critérios a serem utilizados no cálculo das indenizações? Se o silêncio da ELETRONORTE sobre tema crucial a essas famílias as confundia profundamente, é também verdade que garantia à empresa, pela imprecisão, ajustamentos de última hora na tardia política relocativa. Em julho desse ano, por exemplo, já haviam sido definidos os critérios e feitos os cálculos de indenização com base em estudos técnicos de profissionais da EMBRAPA e FCAP, em Belém (O Liberal, 21/7/89). Essas e outras informações liberadas pela ELETRONORTE permitiram traçar um quadro sobre as linhas da política de relocação e indenização da empresa. Seriam relocados apenas aqueles moradores com títulos de propriedade. *"A desapropriação das ocupações rurais sob regime de posse abrangeria somente à indenização financeira dos trabalhos agrícolas implantados, bem como as benfeitorias não reprodutivas edificadas"* (ELETRONORTE, c.n/p.V : MAGALHÃES, 1988 : 14). Resulta que as famílias não proprietárias, embora com posse socialmente reconhecida, seriam apenas indenizadas, devendo procurar outros meios para adquirir terra para plantar e morar. Ficam também excluídas, por essa política, as famílias atingidas em função de terem suas condições de trabalho alteradas, dado mudanças provocadas na natureza (barramento do rio, inundação da biomassa etc...) como é o caso daqueles que estariam fora do perímetro delimitado pela cota máxima do lago, cuja subsistência dependia de agricultura sazonal em terras que seriam a partir daí parcialmente submer-

sas (MOUGEOT: 1988). Além disso, feitos os cálculos, a estatal proibiu a plantação de culturas permanentes nas terras a desapropriar, embora sem precisar o ano da mudança, o que iria ser motivo de insatisfação por parte da população pois a impedia de reproduzir seu nível de renda anterior. A empresa raciocinou pelos mesmos valores que contabilizavam os lucros na especulação da terra, que ao formar novos plantios na terra, o trabalhador estaria materializando ganhos sob a forma de ampliação do valor indenizatório. Para famílias que retiram tão somente da terra sua sobrevivência, não é preciso muita sensibilidade para entender o significado de tal prescrição, sobretudo por acumular perdas em favor de um empreendimento para o qual não se percebiam como beneficiários.

O reassentamento e as indenizações não ocorreram com regularidade e muito menos sem conflito. Parte das famílias atingidas manteve-se em suas terras aguardando os lotes de assentamento, embora já indenizadas. Outra parte continuou aguardando decisões da empresa sobre sua indenização. Tudo traduzia projetos familiares rompidos, insegurança, queda na produção. As indenizações foram consideradas irrisórias pela população, além de corroídas pela inflação registrada no período transcorrido entre a avaliação das benfeitorias e seu pagamento. Outro motivo de insatisfação sobre o processo expropriatório decorria da política de relocação restringir-se a lotes rurais quando, na verdade, boa parte das famílias atingidas, embora com lotes rurais — local de trabalho — morava em vilas ou casas isoladas situadas às margens do Rio Tocantins. Por essa razão, exigiram a revisão da política relocativa e indenizatória, defendendo, entre suas bandeiras, às de “casa por casa” e de “lote por lote”.

Longe das facilidades proporcionadas pela cultura do rio, quando supria a dieta alimentar com pesca, frutas e agricultura, a primeira parcela de famílias relocadas pela ELETRONORTE no loteamento do Rio Moju (PA-263), iria enfrentar terrenos de solos

inférteis e secos. Investiu enorme esforço em terras por desmatar, o que significou, nos primeiros anos, suprir sua dieta alimentar pela compra de bens antes acessíveis como farinha, peixe e frutas, abandonar tradições no uso de plantas medicinais anteriormente de fácil acesso, enfim, investir tempo e energia para recriar um novo espaço de vida e de trabalho. Um morador relocado sintetiza sua experiência: "... lá era o seguinte: nós vivia no nosso terreno, lá no Breu Branco. Nós tinha casa no centro, tinha casa na rua, tinha sítio no centro e tinha na rua. Lá prá nós o peixe era farto, a caça era fácil, a vida era outra. A terra lá dava do feijão à melancia, o maxixe e tudo que a gente precisasse. Mas aqui a gente planta o feijão, banana, seja o que for e é desse jeito que não presta... prá gente comer aqui tem que comprar um kilo de feijão, um kilo de peixe na cidade...".(Gleba 6, lote 5, na PA-263). A relocação foi feita em condições extremamente precárias. Além disso, esse primeiro contingente da população relocada na PA-263 que teve que "amansar as terras virgens", como se expressa uma moradora, enfrentou problemas decorrente da aplicação de agrotóxicos (Tordon 101 Br e Tordon 155) sob a linha de transmissão que levava energia de Tucuruí a Belém. A utilização de tão fortes produtos químicos foi justificada como necessária para evitar a rebrota de "juquira". Contaminaram poços e igarapés, destruíram plantações e mataram pessoas e animais. Sobre as perdas, um morador da PA-263, nas imediações de Goianésia, comenta: "quando a gente pegou essa terra aqui eles não avisaram que tinha esse problema de faixa. E a gente só soube quando chegou a turma da demarcação que acampou aqui... depois ela começou a jogar veneno debaixo dessa faixa de transmissão. E a gente já tinha plantado na faixa... aí a gente pedia prá eles não jogarem veneno... o veneno deu muito prejuízo nas plantação e houve muita doença e morte por aqui... a gente inté tinha pensado que podia ser malária e hepatite...". Foram sobretudo em 1982 as ocorrências de doenças, de mortes principalmente de crianças, de perdas de plantações e grande abandono de lotes por parte dos pequenos produtores que tinham suas terras cortadas pela linha de transmissão ou que se utilizavam da água de igarapés nessas imediações (CASTRO,

1984). Nos depoimentos está bem presente a contabilidade das perdas, incluindo morte ou venda compulsória de animais em função da falta de pasto e a dificuldade extrema de água potável, como se pode depreender nas falas que seguem: “lá onde eu morava tinha de tudo... gado, mandioca, arroz. Tudo que plantava dava, banana, guaraná, laranja, limão, mamão, ananás... até criação de porco e galinha. A terra mudou demais. Porque lá eu plantava 4 ou 5 mil de roçado de arroz e colhia arroz que mandava pra vender, prá dar e comer e não tinha dificuldade de dar milho prá galinha, porque dava muito milho. Aqui é só mandioca e olhe lá...” (Morador da Gleba 12, lote 16, proveniente do Km 58 — FUNAI/Tucuruí).

“Me acho muito agravada, sabe ? Porque o que nós tinha se acabou por causa dessa mudança... a terra que nós recebeu era terra virgem, não tinha um pau derrubado, nós não tinha pasto prá botar nosso gadinho, joguemo no pasto dos outros... nos vimos obrigado a sair fora do lote, prá trabalhar e criar os filhos... porque nossa situação aqui não tava dando, sabe... o nosso gado que deixemo no pasto alheio, o gado adoeceu e morreu. Aqui, prá bem dizer nós não temos nada, a terra não produz banana, milho e arroz também”. (Moradora da Gleba 9, Lote 8).

A distância de rios e igarapés reaviva o imaginário dessas famílias sobre os lugares de origem. Para solucionar problemas imediatos de água, a ELETRONORTE comprometeu-se a perfurar poços para manutenção caseira. A demora, a aridez dos solos e os serviços de perfuração mal feitos, resultaram em perdas irreparáveis. Alguns poços somente forneciam água no período de chuvas. Essas condições desfavoráveis levaram ao abandono ou venda de lotes rurais por parte das famílias relocadas. Não deixa de ser uma forma de expulsão da terra com caráter de extrema violência, o que implica em mudanças involuntárias em sua trajetória de vida e de trabalho. Constatou-se que essa população expropriada tomou as seguintes direções: 1) mantendo-se nos lotes de reassentamento, continuando atividades de pequena produção agrícola familiar,

recriando a partir das dificuldades, um novo espaço social e econômico; 2) abandonou atividades agrícolas e/ou extrativistas e se dirigiu a formas de assalariamento em fazendas, ou ainda, agregou-se em sítios de pequena produção; 3) deslocou-se para áreas urbanas, em geral ao setor informal, combinando-o com atividades temporárias nas fazendas e extrativismo vegetal e mineral; 4) integrou-se ao mercado de trabalho movimentado pelas subempregueiras da ELETRONORTE, em ocupações menos qualificadas, genericamente na condição de "peões". As informações obtidas revelam ser esta a última opção de trabalho que buscam, a nível familiar.

Aquelas famílias que lograram permanecer nas áreas de reassentamento apesar das condições adversas, iniciaram formas de luta respaldando suas reivindicações junto à ELETRONORTE, em decorrência das perdas ressentidas. No entanto, uma quantidade maior de famílias atingidas não foi imediatamente relocada e/ou indenizada. Duas razões principais explicam a permanência dessas famílias em suas áreas de origem, até mesmo por mais de 5 anos, a contar dos primeiros avisos recebidos sobre a desapropriação. São: 1) os lentos procedimentos da ELETRONORTE na definição da política de relocação e sua execução; 2) a resistência construída pela população atingida, diante da experiência desfavorável observada no assentamento do Rio Moju e da falta de informações precisas por parte da estatal. Ela responde à organização dos trabalhadores, com o silêncio sobre as perspectivas da política relocativa e indenizatória e não raro, com violência, formalizando ameaças através de órgãos policiais. Medidas coercitivas que traduziam o substrato da filosofia autoritária da estatal nas suas relações com a região.

Os problemas ressentidos pelas famílias atingidas eram de diversas índoles, quer no campo das atividades produtivas, do tipo de habitação, do acesso aos serviços urbanos e aos meios de trabalho, na forma de propriedade e posse da terra, no tamanho e localização dos lotes etc... Diversidade ignorada pela ELETRONORTE que procurou homogeneizar seu tratamento, pautada numa política simplificadora e evidentemente, excludente de direitos. A diver-

sidade de problemas será reconstituída pelos atingidos, de forma lenta, porém, contínua, no desenvolvimento de práticas de luta, precisando suas reivindicações, anunciando suas prioridades e dando corpo ao movimento político.

### 3 EMERGÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

Importa conhecer as condições reais que deram vida ao movimento dos trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Tucuruí e como recriaram, ao longo de uma década, formas de luta que garantissem o trânsito de suas reivindicações. Contrapondo-se à política de relocação e de indenização da ELETRONORTE e percebendo-se esvaziadas em direitos considerados por eles como legítimos, esses trabalhadores começam a tomar consciência da necessidade de se expressar através de uma outra linguagem. Assim, proclamam sua insatisfação, rompendo com o silêncio e a passividade. A experiência de se sentirem excluídos de decisões que envolviam novos usos de suas terras — agravada ainda pelas formas autoritárias e violentas que revestiam as atitudes daquela empresa —, foi fundamental no entendimento de estarem diante de uma situação limite. O que estava sob ameaça não era apenas a reprodução de seu sistema de vida, mas a própria dignidade. Percepção que lentamente ganhou sentido e amplitude política via processo organizatório, contando com apoio decisivo das estruturas sociais realimentadas pelas Comunidades Eclesiais de Base. Os trabalhadores interiorizaram um discurso crítico que veio desempenhar papel importante na apreensão de sua própria experiência concreta. Entenderam que as condições gerais do campesinato brasileiro historicamente determinadas, são resultantes do modelo expropriador e concentrador de terra que empurra camadas crescentes de trabalhadores rurais à proletarização. Começaram, assim, a ter referências sobre os processos e as relações de poder que estruturam interesses econômicos e políticos, sobre as determinações que têm produzido no país e na Amazônia, a riqueza de poucos e a disseminação da miséria entre muitos.



Através de inúmeras formas de ação e de reflexão (reuniões, trabalho de comissões, elaboração de documentos, debates, assembléias-gerais, passeatas, acampamentos etc...), emerge o movimento de politização, quando eles elaboram e constroem um discurso a partir de suas condições reais de vida enquanto pequenos produtores rurais atingidos pela barragem. Incorporam a linguagem da prática política que ao mesmo tempo afirma sua identidade e nega o discurso instituído do Estado. Diferentemente deste, o discurso dos atingidos é percebido como legitimador da busca de cidadania e valorização de iniciativas coletivas.

### 3.1 O trabalho e a organização da produção ameaçados

Moradores em comunidades do rio Tocantins, em seus afluentes ou igarapés, nas suas ilhas ou em lotes abertos pelo traçado das estradas, as famílias dos expropriados carregam, em sua grande maioria, a cultura decorrente dessa relação com o meio fluvial.

A construção da Hidrelétrica de Tucuruí atingiu, em várias dimensões o trabalho dos pequenos produtores. O trabalho que organiza o cronograma de diversas atividades. E ao alterar as esferas da produção altera profundamente a vida material e cultural. Sua privação corresponde à negação desse modo de vida, de suas relações sociais que estruturam e dão sentido às concepções sobre o uso da terra, sobre a apropriação da natureza, sobre sua concepção de mundo. É por isso que a memória sobre o "impacto" desse empreendimento reaviva a trajetória interrompida.

Embora se possa pontuar com clareza que os "impactos" da Hidrelétrica atingem o trabalho e o modo de vida desses trabalhadores e também dos índios, pois sobre eles recaem as conseqüências mais pesadas desse novo padrão de ocupação territorial e econômico, é inquestionável o intenso processo de transformação ocorrido na região, particularmente na produção de força de trabalho assalariada, provocada pela mobilização de milhares de trabalhadores recrutados para o canteiro dessa imensa obra barrageira (SOUZA, 1983). Estruturavam-se ao seu redor formas diferencia-

das no assalariamento; relações de trabalho germinadas na moderna política de gestão seguida por empresas do porte da ELETRO-NORTE, mas que se sustentam, enquanto empreendimentos de grande dimensão e de caráter itinerante, graças às possibilidades de engendrar formas de assalariamento precário, com subcontratação de inúmeras empreiteiras e concessionárias que compõem o nervoso mercado recrutador de mão-de-obra. Tucuruí não foi diferente de outras frentes de trabalho barrageiro no país, no referente a ter produzido um mercado de trabalho diferenciado. A retenção na obra de profissionais altamente qualificados, exigiu das empresas uma política de pessoal onerosa, justificada na ótica da estatal pela natureza dos encargos técnicos, pela responsabilidade no cumprimento da produtividade e do cronograma, em cada fase de construção do empreendimento. O outro lado dessa mobilização de mão-de-obra, é mais cruel e precisa ser melhor contabilizado. É formado pelo imenso contingente de trabalhadores não estáveis, mal remunerados, precariamente alojados e alimentados, submetidos a relações de trabalho reguladas pelas políticas de gestão, também diferenciadas entre si, de cada empreiteira, com altas taxas de rotatividade que traduzem a própria qualidade da realização do trabalho. No período de "pique", as atividades de construção chegaram a absorver aproximadamente 35.000 empregados diretos. O intenso movimento de recrutamento associado às inúmeras possibilidades de trabalho indireto — autônomo ou assalariado —, sobretudo em prestação de serviços na cidade de Tucuruí chegaram mesmo a reorientar fluxos de migrantes em busca de terra para plantar ou de jazidas a garimpar, mudando assim trajetórias de trabalho, mas sem alterar para muitos, de forma positiva, sua qualidade de vida.

Assim como produziram sua força de trabalho necessária, as empresas as dispensaram quando a obra refluiu. Esse processo de admissão e dispensa em massa nas grandes obras, embora novo na região, começa a formar sua clientela que acompanha as empreiteiras ou se dirige na aventura de emprego em outros processos de trabalho (1). A desmobilização de mão-de-obra deixa, no entanto, efeitos mais complexos sobre o trabalho que, em geral, é esperado.

Com eles identicamente são desmobilizadas atividades temporariamente integradas à vida da região, como comércio, serviços, unidades de produção etc., também absorvedoras de mão-de-obra. A cidade de Tucuruí viveu nos anos de construção da hidrelétrica uma economia urbana artificial. Se a ELETRONORTE, em vários planos, utilizava os serviços de Tucuruí naquela época, após 1984, com a consolidação das atividades da barragem e com seu núcleo urbano entrando na rotina normal, é sobretudo Tucuruí que prescindirá de certos serviços de boa qualidade encontrados na vila da ELETRONORTE, construída para alto padrão de conforto, contrastando com a insalubre, poluída e pobre Tucuruí, a 11 km de distância.

Diferentemente dos índios Parakanã, fragilizados pela política indigenista e pelas formas como foram violentados nesse processo expropriatório e genocida, (2) diferentemente também da massa de trabalhadores assalariados barrageiros cujas formas de resistência à sujeição do trabalho não se constituiu através de lutas organizadas, os pequenos produtores rurais residentes nas áreas a serem alagadas, irão decodificar a prática da empresa, construir um discurso novo em sua experiência de vida, redefinir formas de trabalho, engendrar estratégias e buscar significados sociais ao identificar-se como diferentes do ponto de vista do "impacto" recebido pela construção da barragem.

Nos depoimentos desses pequenos produtores encontra-se sempre presente a percepção do trabalho sob as dimensões temporais de "antes" e "depois" da presença da ELETRONORTE na área. Transparece o universo simbólico no qual se movem os personagens de seu novo cotidiano com a presença da ELETRONORTE, do INCRA e do GETAT. Em suas representações o espaço ocupado pelas relações com a empresa estatal é o da tensão, do conflito. Esse antagonismo emerge quando os pequenos produtores percebem o papel do Estado e enfrentam situações adversas de expropriação (3) descobrindo as contradições e os papéis de atores das camadas dominantes locais representadas, por exemplo, por fazendeiros ou grandes proprietários. Ou ainda desvendam um Estado

sob outra concepção, cansados de esperar pelo seu "mitológico" aliado, a proteção que acreditam encontrar. Esbarram assim, no cotidiano, nos antagonismos gerados na sociedade e descobrem que as contradições de interesses são irreconciliáveis, ou seja, essas situações concretas de confronto estão na base do processo de luta nas fronteiras da Amazônia.

A intervenção do Estado, como sustentáculo do processo de modernização da economia na região, ao alterar essas formas de trabalho, acaba por definir ao movimento, sua posição de adversário e portanto de oposição.

Os primeiros passos do confronto entre esses trabalhadores e a ELETRONORTE, em 1979, mediatizados pela Igreja, fornecem elementos de visibilidade sobre a prática autoritária e excludente que caracterizava a relação daquela empresa estatal com a população da região.

### 3.2 Construindo a identidade "atingidos por barragem"

Quando foram dados os primeiros passos no confronto entre as famílias dos expropriados e a ELETRONORTE, em 1979, os lavradores estavam desorganizados e os sindicatos rurais despolitizados. Tucuruí irá representar a primeira experiência de luta barrageira na Amazônia. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) teve papel importante na sua politização, agindo ao nível de comunidades e formalizando canais de manifestação. O descontentamento dos lavradores chega à imprensa regional com bastante destaque, em janeiro desse ano, por conta de um incidente; é preso pela Polícia Militar um agente da Pastoral (CPT) e membro da Sociedade Paranaense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) e conduzido para Tucuruí em viatura da ELETRONORTE, quando participava de

reunião com 60 lavradores expropriados. O objetivo do encontro era discutir e elaborar uma ação judicial contra a ELETRONORTE, acusada por eles, na oportunidade, de exercitar a prática de grilagem nas terras pretendidas. (O Liberal, 1/1/79). O confronto entre os interlocutores — Igreja e Empresa Estatal — aprofunda-se. Como desdobramento, seguem-se outras reuniões, desta feita envolvendo autoridades do Governo do Estado do Pará. Reunem-se em Marabá: o presidente da ELETRONORTE, Dr. Raul Garcia Lano, o Bispo da Prelazia de Marabá, Dom Alano Pena, o Presidente do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), representando o Governo do Estado e o assessor jurídico da CPT. O que está em pauta: a violência em que se reveste o processo expropriatório (A Província do Pará, 2/1/79). Três notas de apoio aos trabalhadores foram publicadas na imprensa da capital, formalizando um apelo à opinião pública para referendar o repúdio e a indignação diante o acontecido. As tensões na área continuavam crescentes. As negociações não foram fáceis entre assessorias da população e a própria empresa que restringia aos altos escalões de sua hierarquia a possibilidade de discussão. Essa estratégia foi decisiva no distanciamento das partes. Entretanto, em 27/7/79, reunem-se em Belém o Governador do Pará e assessores, o Presidente da ELETRONORTE, o representante da CPT e pela primeira vez em circunstâncias dessa natureza, uma comissão formada por 26 trabalhadores atingidos. Resultou dessa negociação o reconhecimento de direitos da população localizada há mais de um ano na área é o compromisso da ELETRONORTE em reestudar todos os casos de assentamento em período inferior a um ano e um dia. A empresa comprometeu-se em solucionar as reivindicações o mais rápido possível (O Liberal, 21/7/79), formando-se uma comissão constituída por autoridades e representantes da população, para avaliar, "in loco", a situação .

Observa-se a presença das instâncias estaduais e municipais embora também transpareça sua fragilidade diante da política se-

guida pela ELETRONORTE. Além disso, as práticas exercidas pelo órgão estadual (ITERPA) relativas à questão da terra não avaliavam as pretensões dos lavradores. Posturas que reforçam, ao nível do movimento, a certeza de contar apenas com suas próprias forças e a das entidades populares. Torna-se urgente inventar novas formas de ação no confronto com a empresa, dado os resultados reduzidos advindos da intermediação feita pelos Governos locais.

O confronto aberto, tendo os trabalhadores à frente, irá aparecer sobretudo a partir de 1980. Em janeiro desse ano, representantes das comunidades atingidas no Município de Itupiranga reafirmam as mesmas reivindicações anteriores, sistematizando-as num documento (4) encaminhado à ELETRONORTE e ao Governo do Estado e publicado na imprensa da capital, onde perguntam à ELETRONORTE: quando vamos ser indenizados? É um período em que aumenta a pressão interna no movimento, fortalecem-se algumas representações sindicais, pois as direções dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais nesses municípios mantiveram-se distante dessa luta. Ao contrário, é o movimento que irá investir na formação de lideranças que alcançam as estruturas sindicais, a exemplo da 1a. diretoria combativa do STR de Tucuruí. A condução do movimento continuará por conta das comissões criadas nas áreas atingidas enquanto Comissão de Representantes dos Expropriados.

As conquistas, ao longo de dois anos de luta ficam mais por conta da politização e da construção da identidade de "atingidos por barragem". Inúmeros documentos são elaborados pelas comunidades e enviados à ELETRONORTE (5). Muitas idas e vindas em comissão ou individualmente, ao Serviço de Patrimônio Imobiliário de Tucuruí — SPI/TUC —, única instância da estrutura hierárquica da empresa de acesso dos trabalhadores, por sinal com poder decisório irrelevante. As negociações são dificultadas também pelo silêncio mantido pela empresa a respeito das inquietações da po-

pulação atingida. Nessa fase inicial, ao nível de outras categorias de trabalhadores, as alianças são praticamente inexistentes. O apoio efetivo continua vindo da CPT, SPDDH e da CONTAG, materializado na troca de experiências e na montagem de estruturas mais sólidas dentro do próprio movimento. A análise dos documentos produzidos e enviados à ELETRONORTE, de 1980 a 1982, revela um percurso em direção à precisão das reivindicações e a maior articulação das formas de luta.

Mas as avaliações feitas pelo movimento concluem que, o encaminhamento da luta, até então, não havia resultado em grandes vitórias. As principais questões continuavam sem solução. Reunidos em Assembléia Geral, em agosto de 1982, fixam outro prazo à ELETRONORTE, cujo anterior havia sido ignorado pela estatal. Não alcançariam, também nesse caso, melhores resultados. Motivo para decidir em Assembléia Geral a realização do primeiro acampamento — precedido de passeata pelas ruas da cidade de Tucuruí. O acampamento ocupou o escritório do SPI/TUC, no centro daquela cidade. Aproximadamente 400 expropriados permaneceram aí por três dias. Eram provenientes da Colônia do Rio Moju, de Itupiranga, de Vila do Repartimento, de Breu Branco e Jacundá. As bandeiras defendidas traduzem o caráter do movimento: “terra por terra”, “casa por casa”, “vila por vila”, “lotes de 21 alqueires como existe na região”, “indenizações justas e recuperação dos prejuízos”. As faixas de morim branco usadas na passeata e espalhadas no terreno do SPI informam à opinião pública as razões e a natureza da luta: “queremos justiça e não violência”, “quem cria problemas tem obrigação de resolver”, “viemos buscar a resposta do prometido” e “há quatro anos estamos cansados de esperar”. (ARCA, 1984).

Fortalece-se com essa ação o discurso contestador, surgindo novas formas de experiência política. Esse ato que é público abre espaços na imprensa regional e nacional. PINTO comenta a evolu-

ção da relação Expropriado / Eletronorte. “A princípio individualmente eles foram assumindo formas coletivas de luta, mas não parecem ter conseguido impor um diálogo produtivo com a ELETRONORTE, que invariavelmente responde através do monólogo” (O Liberal, 09/09/1980). Um dos resultados desse acampamento foi a ruptura momentânea desse silêncio, pressionado pela forte indignação dos lavradores. A ELETRONORTE é forçada a negociar, a ceder na rigidez de suas regras autoritárias. No término, a certeza de não terem suas reivindicações atendidas sem a continuidade da luta (ARCA: 1984). Ainda que a empresa tenha apostado no seu esvaziamento, o movimento irá mostrar vitalidade, compensando suas fragilidades internas com maior sistematização de informações, atenção à montagem das estruturas políticas e à ampliação dos espaços de luta.

A permanência de pendências e indefinições por parte da ELETRONORTE além dos lentos atendimentos dos acordos estabelecidos, reforça o propósito em não desarticular o movimento. A experiência do primeiro acampamento e o aumento de adesões permitiu a realização do segundo, com cerca de 2.000 participantes que permaneceram concentrados em Tucuruí, de 09 a 24 de abril de 1983. Há avanços na precisão das demandas e em sua qualificação por localidade atingida, embora enquanto bandeiras gerais, os direitos reivindicados permaneçam os mesmos: lotes de 21 alqueires, construção de vilas com infra-estrutura, revisão das indenizações, indenização pelo tempo parado, casa por casa e demarcação dos lotes a ser feita pela ELETRONORTE e não pelo GETAT. As repercussões desse ato público forçaram a ELETRONORTE a reabrir as discussões. Embora acampados em Tucuruí, as negociações se passavam em Brasília, para onde se deslocou a Comissão Mista de Expropriados. Seguindo a prática o acampamento não seria desfeito antes de ser informado pela Comissão, sobre os resultados obtidos. As atuais Vilas do Novo Repartimento, Novo Breu Branco, Jacundá, Cajazeiro e Itupiranga são conquistas dessa fase da luta. Foram ainda celebrados acordos sobre: demarcação de novos lotes rurais, construção de infra-estrutura (poços e melhoria das vicinais) e implantação de serviços comunitários existentes nos núcleos urbanos submersos pela barragem como escolas, postos médicos, igrejas etc. (6).



Mas a estatal mesmo confrontada com o movimento em ascensão, procura manter suas regras autoritárias. Colocando à prova a resistência do movimento, surgiu o terceiro acampamento, no dia 7 de setembro do mesmo ano, dia da Pátria. O motivo: sensibilizar a ELETRONORTE para atender os compromissos do 2º acampamento, lavrados em Ata. A concentração que permaneceu por 28 dias em Novo Repartimento enfrentou as barreiras e a violência das Polícias Federal e Militar, munidas de fuzis e metralhadoras, que procuraram interceptar seu acesso à cidade de Tucuruí, locus de maior repercussão do protesto. Os quase 3.000 expropriados conseguiram romper as barreiras permanecendo naquela cidade por aproximadamente dois meses.

Em 1984 e 1985 o debate a respeito dos "impactos" da barragem sobre o meio ambiente e sobre o destino da energia gerada ganhou importância na sociedade paraense, constituindo-se tema de seminários e palestras, motivo de denúncias e presença constante na imprensa. Associações democráticas exigiam pronunciamentos da ELETRONORTE e do Ministério de Minas e Energia sobre a Política do Setor Elétrico para a Amazônia, suas relações com empreendimentos transnacionais e a dívida externa. Mesmo setores conservadores, como a Federação das Indústrias do Pará, questionaram a empresa insistindo na construção das eclusas. Pretendendo não somente apoiar a luta dos expropriados, mas aprofundar o debate da sociedade em torno dos "impactos" dos grandes projetos, chamando atenção para a Hidrelétrica de Tucuruí, constituiu-se o Movimento em Defesa da Vida (MDV), reunindo pessoas e entidades democráticas em Belém, mas sem estar organicamente vinculado a partidos políticos ou associações de classe. Ele terá papel importante em despertar o apoio institucional, fora da área do conflito, à luta dos expropriados, encampando como uma de suas bandeiras o "adiamento do fechamento da barragem" até que a ELETRONORTE desse solução aos seguintes problemas: atendimento das reivindicações dos expropriados, construção de eclusas e escada de peixes, preservação da fauna e flora do reservatório, limpeza da área do lago com aproveitamento da biomassa. Além de Ação Judicial de embargo — medida cautelar inominada — impetrada pela Procuradoria Geral do Pará, foram feitos ainda: outras ações judiciais, pressão para abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito, documentos e denúncias em espaços científicos nacionais e internacionais, atos públicos, panfletos informativos, divulgação de

áudio-visuais e viagens ao Tocantins objetivando ajudar as ações organizadas pelos expropriados.

Um dos resultados dessa fase foi o intenso debate através de jornais sustentado por vários meses, tornando-se experiência inédita e remarcável na região. Enquanto em mais de uma década de construção da hidrelétrica as informações pouco repercutiam na percepção crítica da sociedade (7), a irreversibilidade do fechamento da barragem legitimou o movimento e despertou tardiamente a atenção local. O movimento dos expropriados trouxe a concretude a esse debate. É a face real denunciada mas não experimentada por jornalistas, outros intelectuais e/ou militantes de esquerda presentes na luta. Inspirou mesmo a formação do efêmero Grupo Açaí, reunindo no Rio de Janeiro artistas e intelectuais regionais para promover debates políticos sobre a Amazônia, a partir da experiência de Tucuruí.

Após o fechamento da barragem, não adiado mas antecipado, o MDV desmobilizou-se. Mas o movimento dos expropriados, embora enfrentando um refluxo, manteve o encaminhamento de algumas ações. Internamente ele aninhava divergências e o descrédito de certas lideranças outrora importantes. Sua fragilidade política, os impactos advindos da usina em funcionamento, o forte processo de cooptação das lideranças pelo governo da época e a participação de membros do movimento em partidos políticos com práticas divergentes foram determinantes nesse refluxo. O incômodo provocado pelo crescimento do movimento aos poderes locais, certamente provocou o anseio de freiar os novos processos de participação política. A agressiva investida na cooptação de lideranças de associações e sindicatos, cujo Governo do Pará (1982-86) foi exemplar, alcançou relativo sucesso nos setores menos politizados do movimento (CASTRO, ACEVEDO: 1987). Também em Tucuruí, essas práticas fragilizaram as lutas. O Estado ocupou espaço importante nas negociações com a ELETRONORTE, com a presença das lideranças sindicais. Mas estas distanciaram-se do confronto e das bases comunitárias. Prosseguiram, assim, as reuniões da Comissão Executiva Mista para vistoria nas áreas problemáticas. O trabalho foi lento, mas cada caso foi examinado, como pode-se observar no vasto material composto de Relatórios Técnicos elaborados com assessoria de órgãos setoriais do Estado (Secretarias, COSANPA, CELPA etc.) e/ou instituições federais, sob coordenação da SEPLAN-PA.

O balanço do movimento até essa fase, no entanto, permite concluir por consideráveis conquistas à montante da barragem. Uma delas é a constituição de um campo de politização, cuja coesão social permitiu a continuidade do movimento, ainda que enfrentando altos e baixos. Nos municípios à jusante da barragem, os STRs e as CEBs, não articulados ao movimento dos expropriados, em meados da década de 80 manifestaram inquietações sobre os possíveis futuros "impactos". Em 1984, no 4<sup>o</sup> Encontro de Anilzinho (8), reunindo 119 comunidades de 8 municípios haviam solicitado à ELETRONORTE informações sobre: atendimento dessas cidades pela energia de Tucuruí e repercussões na qualidade da água advindas do não desmatamento da área do reservatório. A estatal respondeu que "não teremos problemas na qualidade da água do reservatório... ela será boa e permitirá um desenvolvimento normal dos peixes, inclusive à jusante" (Carta enviada à Prelazia de Cameté, 22/06/84).

Em poucos anos aquelas inquietações tornaram-se realidade. Em 1987 a situação é grave. Os "impactos" sobre o meio ambiente, particularmente sobre a qualidade da água assumiram lugar de destaque. À montante, a putrefação da água do lago disseminou uma praga de mosquito, impossibilitando as pessoas de trabalharem e viverem na área. Houve crescente abandono de colonos das Glebas Tuerê e Parakanã. À jusante a água alterou a qualidade do peixe e prejudicou a pequena produção ribeirinha. Houve mudanças na coloração do peixe, redução de seu tempo de conservação fora d'água, causando mal estar após sua ingestão, além da diminuição de cardumes (extensivo ao camarão e ao aviú), inviabilizando a produtividade do trabalho dos pescadores, segundo depoimentos dos atingidos. Igualmente atestam alterações na pequena produção agrícola e extrativa de várzea. Mais uma vez as condições de trabalho são duramente golpeadas. Sob pressão do movimento à jusante a ELETRONORTE celebrou contrato com a ENGEVIX para avaliar as denúncias. Assinou convênios com a FSESP e o INAMPS para atender as agravadas condições de saúde da população, como infecções intestinais, malária, coceiras e doenças advindas do empobrecimento da dieta alimentar. Atentos a esse processo os STRs, as Associações Comunitárias e a Prelazia de Cameté articularam formas de pressão trabalhando politicamente a identidade "atingidos por barragem", à jusante. A ELETRONORTE acabou reconhecendo, via equipe técnica contratada "que a construção da barragem causou efeitos na água e no peixe; o entendimento completo

dessa mudança exige a realização de uma série de estudos e pesquisas..." (9).

Os problemas colocados pela poluição do lago, o surto de doenças e de mosquitos à montante e os impactos já evidenciados à jusante, constituíram o novo à retomada das mobilizações. Os trabalhadores rurais à jusante foram atingidos não pela apropriação direta e imediata da terra, mas pela impossibilidade de reproduzir seu modo de vida e de trabalho. Começa a ser construída, na experiência de Tucuruí, uma outra análise dos "impactos" e novas categorias de trabalhadores da região reconhecem-se na trajetória de "atingidos por barragens", mobilizando-se na defesa de domínios fundamentais a sua identidade.

Nos anos de 1987/88 os espaços de luta foram construídos separadamente, à montante e à jusante, embora incorporando "impactos" comuns, sobre a água. A articulação das ações fez-se no bojo da reestruturação de outros movimentos na região. Somente em fins de 1988 foram tomadas decisões concretas de unificação do movimento. A CUT teve papel importante nesse processo apesar de certas fragilidades. Aproveitando o Encontro das Nações Indígenas em Altamira (fev/89) ficou consolidada a intenção de encontros mais amplos, construindo uma estratégia comum na Amazônia tendo em vista a ação da ELETRONORTE "nos quatro cantos da região", como manifesta uma liderança de Jacundá. Articulação que pretende ampliar-se a nível nacional, indo ao encontro do movimento organizado no sul, sudeste e nordeste do país.

Às velhas reivindicações não resolvidas (tempo parado de serviço, 11 alqueires, pendências sobre casas e lotes não recebidos, melhoria de vicinais etc.) vem somar-se aquelas referentes ao saneamento do lago ou entrega de novos lotes às famílias atingidas por mosquitos à montante, e à jusante, postos de saúde, poços artesanais, indenização de perdas e saneamento. O encaminhamento, via o recém-formado CATU — Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí — indica um novo momento político das lutas nessa região.

#### 4 AMPLIANDO O CAMPO POLÍTICO DAS LUTAS PELA CIDADANIA

Iniciado com o apoio fundamental de poucas entidades comprometidas com as lutas sociais, o movimento dos atingidos ganhou expressividade formando suas próprias lideranças. Contou assim com a CPT, a CONTAG e a SPDDH. Sua estrutura foi reforçada com a participação dos STRs, todos posteriormente filiados à CUT. Sua constituição, seguindo a trajetória de muitos outros movimentos no país, escapou à organização sindical. A força manifestada nos enfrentamentos diretos permitiu impor o reconhecimento de suas representações, ampliando as articulações com outros movimentos populares e organizações democráticas, em marcha na luta pela cidadania. Recebeu apoio, posteriormente, de entidades variadas como o Movimento em Defesa da Vida, Diretório Central dos Estudantes, Igreja de Confissão Luterana, sindicatos e associações de profissionais de inúmeras categorias, partidos e tendências políticas de esquerda etc. Colaboração que teve intensidades diferentes segundo momentos de maior ou menor expressão da luta dos expropriados e das lutas pela democracia no país.

O trabalho da CPT, tomando como base organizativa a comunidade, reforçou as atividades de conscientização política sobre problemas concretos enfrentados pelas comunidades no seu cotidiano. Um misto de simbolismo religioso e reflexão sobre o real constituem traços fortes na construção do movimento camponês nessa região da Amazônia. Mesclam-se aos rituais religiosos (procissões, missas...), os cânticos da luta pela terra e pela conquista da cidadania, afirmando com veemência o desejo de "libertação dos povos". Com essas vivências o movimento dos expropriados formulou propostas inicialmente de caráter geral sobre a legalidade de seus direitos, aprendendo a analisar politicamente suas condições concretas com base em categorias estruturadas nos princípios doutrinários da "Igreja dos Pobres", tais como povo, solidariedade, comunidade, justiça, igualdade etc. e que, inegavelmente, contribuíram à recriação do nós, da união que iria constituir a força e a arma do movimento. Essas práticas estão presentes nas comunidades dos Municípios abrangidos pela Prelazia de Cametá, à montante e à jusante da barragem. Esse processo de politização enriqueceu-se com experiências dos municípios próximos, no sul/sudeste

do Pará, região marcada há mais tempo por intensos conflitos (camponeses, posseiros, garimpeiros, extratores, índios etc.) e em decorrência, com grau considerável de experiência nos confrontos políticos (HEBETTE: 1986). Num plano mais amplo, a conjuntura política dessa fronteira em tensão aponta a ascensão dos movimentos seguindo uma trajetória cujo momento inicial foi a montagem de associações de natureza variada (moradores de comunidades e bairros, garimpeiros, expropriados por empresas, em defesa da saúde, da educação etc.) e, através delas, participar de esferas de poder na própria classe como as delegacias sindicais e depois os sindicatos, e em estruturas de poder local, no aparelho político. Dessa forma os espaços dos partidos políticos passaram também a ser contabilizados nos cálculos dos trabalhadores organizados. "Em Tucuruí foram criados num primeiro momento, a Comissão dos Expropriados pela ELETRONORTE, no campo, e associações de bairro na área urbana. Posteriormente, ganharam o sindicato e passaram a ter força expressiva no Diretório Municipal do PMDB, resultando na eleição de um de seus líderes para Deputado Estadual em 1986. Em Itupiranga a mesma estratégia é colocada em prática, com sucesso, conseguindo eleger o prefeito e vários vereadores oriundos do quadro ativo do movimento popular" (CASTRO, ACEVEDO: 1987).

Esse processo de constituição de um novo campo de poder pela base, permitiu crescentemente ao movimento impor-se como organismo legítimo de representação, forçando a ELETRONORTE não somente a reconhecê-lo na mesa de negociações, mas também a refazer sua política de relocação e indenização, a ter de admitir a discussão de novos problemas percebidos pelos expropriados ao longo do movimento, a responder à Comissão Parlamentar de Inquérito, a defender-se junto à Justiça e à opinião pública, a ter de reconhecer os erros cometidos pela falta de conhecimento sobre a região e de criteriosidade profissional, enfim, pelo desrespeito à cultura e à sociedade. O movimento dos atingidos pela barragem ao ampliar e politizar o confronto em Tucuruí, contribuiu com as lutas mais gerais pela cidadania no país.

Os VI e VIII Encontros de Anilzinho (Cametá, 1987/88), as reuniões realizadas por ocasião do Ciclo de Debates sobre Hidrelétricas na Amazônia (Belém, ago/88) e o Encontro sobre Barragens promovido pela CUT (Altamira, fev/89), ao possibilitar o encontro de pequenos produtores e índios atingidos por barragens em várias

áreas da Amazônia, fortaleceu a necessidade de estratégias comuns de enfrentamento constituindo-se importantes espaços regionais no balanço e reafirmação de identidades. A construção da identidade "atingidos por barragens", no Tocantins, traduz um longo exercício na aprendizagem da prática política, não poucas vezes pela pedagogia do ensaio e erro, descobrindo os elementos unificadores nas situações concretas de conflito. Os direitos à terra que ocupam — ou que são proprietários — e ao trabalho nela incorporado, encerram os elementos-chaves mais imediatos que reforçam os traços político-culturais identificadores e mobilizadores, sobretudo no reconhecimento de que as conquistas dependem de como serão encaminhadas as ações coletivas. Processo que traduz a própria constituição dos sujeitos políticos agindo sobre condições determinadas interna e externamente ao seu meio. A partir de meados de 1988 o reforço do movimento contará com outras categorias em luta, apostando na articulação nacional do movimento de expropriados já em marcha, unificando bandeiras e estratégias já que as experiências em várias regiões apontam para efeitos comuns provocados pelos empreendimentos barrageiros, tais como, profunda alteração no modo de vida de pequenos produtores, concentração fundiária, modificação na qualidade do trabalho e descapitalização do pequeno produtor.

#### NOTAS

1. Essa mobilidade do trabalho antevista nas trajetórias diferenciadas, carrega dimensões antagônicas construídas pelo espaço empresarial articulado às particularidades da fronteira.
2. Da família lingüística Tupi, contatados em 1971 (1<sup>o</sup> grupo) e em 1976 (2<sup>o</sup> grupo), os índios Parakanã sofreram uma das "experiências mais trágicas do indigenismo brasileiro". Doentes, desenraizados de seus costumes, reduzidos populacionalmente, foram inúmeras vezes deslocados pela FUNAI, antes de serem criadas as Reservas Indígenas Parakanã (1971) e Pucuruí (1977). Somente em 1978 que a Eletronorte comunica que essas áreas seriam inundadas pelo reservatório (a obra havia começado em 1975). Foram sujeitos a mais um deslocamento. A Eletronorte irá assentar, mais tarde, 706 famílias expropriadas na "Gleba" Parakanã, sem comunicar ao povo Parakanã que passará a exigir seu território. V. Tucuruí Urgente. CIMI Norte II/CPT Norte II/CONTAG, Belém, 1984. Ainda: Documento de Denúncias e Reivindicações dos Expropriados Assentados na Gleba Parakanã, out/84. Dossiê CPT/Norte II. Belém, 1989. MAGALHÃES, A. Carlos. Os Parakanã — O Destino de uma Nação Indígena. In: A questão da Terra Indígena. Cadernos da Comissão Pró-Índio, no. 2, CPI-SP, 1981.

3. Um líder camponês entrevistado em Tucuruí e assentado em Novo Repartimento declarou: "daqui não saio mais", era sua 18a. etapa migratória compulsória.
4. Na Revista ARCA, em matéria sobre a cronologia do movimento, a elaboração desse documento aparece como primeiro passo do confronto direto com a Eletronorte.
5. Em 1980 foi elaborado um abaixo-assinado exigindo a construção da Vila do Repartimento (Km. 177 da Transamazônica) e demarcação de lotes às proximidades da antiga Vila do Repartimento (Km. 157 da Transamazônica). Em 1981: em assembléia-geral é aprovado o Doc. I, argumentando os direitos a lotes de 21 alqueires, para a população do Repartimento; outro documento sobre os direitos dos vazanteiros de Itupiranga. Ida em comissão à Brasília, para reunião intermediada pela CONTAG, com a Eletronorte e autoridades do Governo Federal, quando entregam o Doc. I. Ocupam significativo espaço na imprensa nacional. Em 1982: elaboração do Doc. II, sobre Repartimento e adjacências, definindo o prazo para atendimento das reivindicações gerais: 30/7/82 (ARCA: 1984).
6. V. Relatório do 2o. Acampamento e Ata da Reunião realizada pela Comissão Mista de Representantes com a Eletronorte e a CELPA. Dossiê CPT-Cametá/Secretariado Norte II. Belém, fev. 1989.
7. Lúcio Flávio Pinto minuciosa e criticamente registra os passos desse empreendimento. V. artigos nos jornais: O Liberal, O Estado de São Paulo e Jornal Pessoal.
8. O Encontro de Anilzinho surgiu a partir das invasões realizadas por fazendeiros nas terras dos pequenos produtores de Ipaú (Município de Cametá-Pará), expulsando-os da área. Com apoio da Igreja as demais comunidades do município foram mobilizadas passando a enfrentar conjuntamente situações semelhantes que apareciam na região, motivadas pela abertura da Estrada Transcametá. O 1o. Encontro do Anilzinho foi em 1980. No 2o. é formulada a Lei do Anilzinho que define a disposição de luta pela terra. As reuniões anuais, hoje tendo a frente as organizações sindicais, constituem fórum de balanço geral sobre conflitos e encaminhamentos, tendo tido papel importante na organização dos "atingidos pela barragem de Tucuruí", nos municípios à jusante do rio.
9. Ver Dossiê TUCURUÍ, PROGRESSO... PARA QUEM ? Cametá-Belém, CPT, 1989.





ISBN 85-71 43-001-2

es. anelli



GRÁFICA E EDITORA  
UNIVERSITÁRIA



UFFPA